



ESTADO DO PIAUÍ  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº \_\_\_\_/2021

AO INDICATIVO DE PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 31 DE 2020.

(Autor: Dep. Evaldo Gomes)

*"Dispõe sobre a isenção de alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre a cota de energia para microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas no âmbito do Estado do Piauí, em razão da Pandemia do Covid-19."*

**RELATOR: DEP. HENRIQUE PIRES**

## **I – RELATÓRIO**

Apresento, de acordo com os arts. 34, I, a), do Regimento Interno desta Casa, parecer onde examinamos aspectos de natureza constitucional, legal, jurídica, regimental e de técnica legislativa atinentes ao projeto que passo a analisar.

Trata-se de indicativo projeto de lei ordinária que dispõe sobre a isenção de alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre a cota de energia para microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas no âmbito do Estado do Piauí, em razão da Pandemia do Covid-19.

A iniciativa da proposta é desempenhada pelo nobre deputado Evaldo Gomes.

Para tanto, justifica que a norma tem por objetivo a prevenção e combate ao novo corona vírus, além de aperfeiçoar o desenvolvimento dos trabalhos, obtendo consequentemente maior proteção ao interesse público.

Eis o relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Conforme previsão regimental, mais especificamente disposta nos Arts. 59, 61, 137 e 139 do regimento interno desta Casa, apresento parecer apreciador da matéria notadamente no que tange às exigências intrínsecas e indispensáveis à



edição de norma, dentre as quais a verificação da constitucionalidade, vício de iniciativa, competência dentre outras.

A função legislativa ora analisada se enquadra no rol do art. 96, I, "g)" e art. 105, I, do Regimento interno, bem como no Art. 75, I da Constituição Estadual.

Ao aprofundar o exame da proposição verifico que, este indicativo possui embasamento constitucional.

Em relação à Constituição Estadual, a iniciativa de lei que verse sobre a matéria de que trata projeto em tela, se encontra no rol de competência exclusiva do chefe do poder executivo, razão pela qual a via empregada pelo parlamentar, ou seja, indicativo de projeto de lei, foi corretamente escolhida.

Por fim, vale ressaltar que a análise a nível de Comissão de Constituição e Justiça não se alonga por critérios de conveniência, mérito ou mesmo oportunidade nas proposições a ela submetidas, mas tão somente à eventual existência de óbices de natureza inconstitucional, antijurídica, vícios de iniciativa e até mesmo de técnica na edição de normas, ficando a cargo das comissões especiais a verificação daqueles.

Por todo o exposto, manifesto-me **favoravelmente** à sua aprovação.

Este é o meu parecer.

### III - PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

**Pelo acatamento do indicativo( X )**

Pela rejeição ( )

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ**, Teresina, 12 de maio de 2021.

**DEP. HENRIQUE PIRES**  
**RELATOR**

*Dep Julio Ancoverde*  
*Dep Genivaldo*  
*Dep João de Deus*  
*Dep Zize Carvalho*

|                            |
|----------------------------|
| APROVADO À UNANIMIDADE     |
| EM, <u>24/05/2021</u>      |
| <u>Henriko</u>             |
| PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: |
| <u>Justiça</u>             |